

PFL vibra com nova postura de Sarney

Presidente deseja atuar diretamente

O presidente José Sarney tomou uma decisão no prolongado fim de semana do carnaval, quando permaneceu em seu sítio de São José do Pericumã: ele vai atuar mais diretamente na política (e no Congresso) e intensificar os contatos pessoais com as diferentes correntes do PMDB e do PFL. Foi por essa razão que Sarney ofereceu no último sábado, um almoço ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães e um jantar aos líderes do PFL na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, respectivamente.

Foi por essa razão também, que o Presidente da República não pediu sigilo ao deputado José Lourenço, quando lhe contou sobre a conversa mantida com o deputado Ulysses Guimarães. Sarney deixou o líder do PFL na Câmara à vontade e o deputado José Lourenço apenas transmitiu um recado do Presidente da República que, em outras palavras, dirigiu-se a todos os setores descontentes do PMDB e do PFL, dizendo que tomará providências contra aqueles que usufruem dos benefícios do poder, em particular, e, publicamente, desempenham para o público o papel de rebelde, mantendo-se numa cômoda posição.

Ao tomar essa decisão, Sarney conversou como deputado Ulysses Guimarães, mostrando-lhe que o PMDB, como um todo, não obedece ao presidente do partido, como ficou demonstrado no episódio da votação do regimento, na última quarta-feira de fevereiro. E a decisão foi tomada em virtude do tempo. O Presidente da República está preocupado com o prazo-limite para a votação do regimento da Constituinte. Esse prazo se esgota na próxima terça-feira e Sarney espera ver, até lá, resolvidos os pontos de estrangulamento entre o governo e o Congresso, entre eles, o parágrafo sete do artigo 57. Atuando diretamente na política, Sarney acata um conselho do ministro Marco Maciel, segundo o qual, o Presidente da República deve atuar como cidadão e como político, na Constituinte. (M.M.)

Maurício Campos nega rompimento da Aliança

Belo Horizonte — O presidente em exercício do PFL, deputado Maurício Campos, afirmou ontem que não existe intenção de o partido romper com a Aliança Democrática, pois este foi um compromisso político assumido com o PMDB, no sentido de dar sustentação ao governo do presidente José Sarney. Entretanto, ressaltou que seu partido «não abre mão» de tecer críticas ao governo, quando necessário, principalmente porque essa postura «contribui para o aprimoramento da democracia no país, um dos objetivos do PFL».

— O governo entende, absorve e aceita estas críticas, porque divergir não significa opor. Nosso compromisso é com a seriedade e a verdade — salientou. Maurício Campos explicou que o partido passa por um momento de avaliação do sentimento de todos os seus correligionários, diante do quadro político nacional. Embora reconheça a dificuldade de avaliar a possibilidade de o PFL vir a romper com o PMDB, a nível

nacional, ele disse que a Executiva respeitara a decisão do partido frente aos governos estaduais. Em Minas, por exemplo, a bancada do PFL já decidiu que fará oposição ao governo Newton Cardoso.

Cardoso prega a negociação

São Paulo — Conforme observou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que durante o carnaval esteve se recuperando de uma pequena cirurgia nas pálpebras em seu sítio de Ibiúna, «o impasse a ferro e fogo que se instalou no seio da Aliança Democrática não leva a nada», porque as forças que a compõem são equivalentes e agora só resta uma saída: negociar, a fim de evitar «a tempestade em um copo d'água que está ocorrendo».

Na visão do senador Fernando Henrique Cardoso, a dissolução dessa crise entre o presidente José Sarney e o líder constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, «não poderá sair de uma imposição conservadora nem de uma irritação progressista», mas de uma negociação madura em que as concessões recíprocas deverão ocorrer inevitavelmente.

Na próxima segunda-feira, dia 9, os senadores deverão se reunir em Brasília para mais uma rodada de discussões em torno dos arremates para ser votado o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte.

Líderes e dirigentes do PFL reafirmaram ontem a disposição do presidente Sarney de saber com quem e com quantos o governo pode contar na Aliança Democrática, nas decisões da Assembleia Constituinte. O líder José Lourenço, pragmático, disse que «é preciso acabar com a fase de o PMDB conseguir nomeações e, em votações, contrariar o planalto. Se o governo anular uma nomeação, para dar o exemplo, os outros acabam se enquadrando» — observou o líder.

Para o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, o partido vai fiscalizar cada voto do PMDB em cada votação — na Constituinte e, eventualmente, na Câmara e no Senado. «Os que não acompanharem a orientação do governo não merecem desfrutar das regalias do governo», comentou o dirigente pefelista.

Lourenço e Queiroz revelaram que o presidente Sarney, ao avisar dirigentes da Aliança Democrática que não quer mais ser surpreendido em questões políticas, fazendo questão de ser informado de opinar, deixou claro seu objetivo: saber quem está com ele e quem não está com ele.

Era justamente este posicionamento claro, segundo Saulo, que estava faltando. «Quem é governo — diz ele — tem que ter ônus e bonus. Quem não é, não deve ficar recebendo atenções e privilégios do Planalto». Saulo diz que é o momento de «ir à caça», não havendo no PFL nenhuma posição discordante em relação ao Regimento Interno da Constituinte, já que todos votam a matéria da forma como interessa ao governo. O secretário-geral do PFL observou ainda que a votação é nominal, sendo portanto fácil verificar quem está contra e quem está a favor do governo.

«Democracia»

O líder José Lourenço reagiu a qualquer comparação entre o alinhamento automático do antigo PDS dos governos militares e o que estaria sendo cobrado agora dos partidos que integram a Aliança Democrática. «Não tínhamos, naquela época, acesso a nada. Não participávamos do governo», respondeu, demonstrando em seguida que essa participação do PDS na verdade chegou a ocorrer: ele reclamou que, quando abandonou o então presidente Figueiredo para ficar ao lado do ministro Aureliano Chaves e, depois, ao lado de Tancredo Neves, demitiram todos os seus correligionários na Bahia, que ocupavam cargos públicos. De qualquer modo, considera agora que isto foi «justo», uma vez que «faz parte do jogo democrático», e ocorre «em qualquer parte do mundo».

Amaral ameaça adiar votação por um mês

O líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, ameaçou ontem, protelar, por mais 25 ou 30 dias, a votação do projeto do regimento definitivo da Constituinte, caso o PMDB e o PFL não atendam às reivindicações do seu partido, que reclama a modificação de vários dispositivos daquele projeto. Segundo o líder pedessista, a decisão em torno da proposta poderia ser retardada através de pedidos de votação nominal para todos os seus 83 artigos.

Amaral Netto afirmou «estarem enganados» aqueles que imaginam que o PDS faz restrições apenas ao parágrafo 7º do art. 57 do projeto. Além desse dispositivo, o partido quer alterar vários outros pontos da proposta, para, entre outros objetivos, assegurar participação proporcional aos partidos na composição das comissões e subcomissões; reduzir os quorums para a formalização de requerimentos, pedidos de urgência e de destaque para apenas 20 constituintes (o projeto estabelece quoruns que oscilam entre 35 e 94 constituintes); reduzir a competência da comissão de sistematização; excluir o artigo 23, que permite a apresentação de propostas pelo povo, desde que apoiadas por 30 mil assinaturas, e rejeitar a realização de plebiscitos sobre matérias em exame pela Constituinte.

Amaral Netto qualificou de «palhaçada» o teor do artigo 23, afirmando que através dele «a esquerda vai querer transformar as propostas populares em massa de manobra na Constituinte. A propósito, ele revelou ter ouvido de um «grande líder da esquerda comunista» a seguinte ponderação no sentido de permitir a aprovação daquele artigo:

«Esse deputado, que é um dos mais destacados nomes da esquerda, me disse: «Amaral, aceita (o artigo) porque esse é um meio de desentupir as galerias. Eles pensam que, apresentando proposta com 30 mil assinaturas, estão participando da Constituinte, e não estão».

A ideia do plebiscito foi considerada pelo líder do PDS «uma brincadeira» porque, no seu entendimento, os constituintes já foram plebiscitados na eleição do dia 15 de novembro, recebendo delegação popular para elaborar a Constituição. E ironizou: «Se queremos um exemplo, o Pinochet submeteu a Constituição chilena a um plebiscito e ganhou por 96%».

Preâmbulo

Outro ponto que Amaral Netto pretendia excluir do projeto do regimento era o seu preâmbulo. Ele desistiu disso ao ouvir a observação do jornalista Ary Ribeiro de «O Estado de S. Paulo», segundo a qual a redação do preâmbulo pode ser uma forma de neutralizar o potencial de soberania contido no parágrafo 7º do artigo 57 (relativo aos projetos de resolução que poderiam revogar dispositivos da atual Carta).

Um dos trechos do preâmbulo assinala que a Constituinte foi convocada nos termos da emenda 26 à Constituição em vigor para elaborar «livre e soberanamente» a nova Constituição.



Lourenço quer PMDB como o PFL: alinhado com o presidente Sarney

Polêmica em cinco pontos

Cinco pontos do regimento interno ainda são motivos de controvérsia entre o PMDB e a Frente Liberal: iniciativa popular, funcionamento da Câmara e Senado, soberania da Constituinte, referendo popular e quorum qualificado para votação nas comissões e subcomissões. O acerto destas questões deverá ser efetuado entre os líderes Luís Henrique (PMDB-SC) e José Lourenço (PFL-BA), numa reunião, no domingo à noite.

Na Mesa da Constituinte foram entregues até sexta-feira passada, mais de 120 pedidos de destaque para votação do regimento interno. Eles tratam de quatorze assuntos e todos em posições divergentes. Vão desde o aumento do número de comissões e subcomissões até o que permite a convocação de ministros de Estado pela Constituinte.

Sobre os cinco pontos divergentes entre peemedebistas e frentistas, o líder do PFL na Câmara garantiu que não há um acordo formalizado. Explicou que no encontro que manteve com Luís Henrique, no domingo passado, ficou definido como estabelecer um encontro de opiniões entre o

PMDB e o PFL acerca da questão da soberania. «Agora nós vamos consultar nossas bancadas para voltarmos a nos reunir no domingo» — disse Lourenço.

No funcionamento do Congresso ordinário, o líder frentista mantém sua posição de que Câmara e Senado devem trabalhar normalmente, desde que não prejudiquem os trabalhos constituintes. Lourenço é contrário ainda aos dispositivos do regimento interno — iniciativa popular — que permitem a apresentação de emendas por três entidades coligadas com mais de trinta mil assinaturas. Segundo ele, a fórmula privilegia as grandes instituições em detrimento do cidadão comum. Quanto ao referendo popular, o deputado baiano declarou ser contrário à figura. Afirmou ser favorável a que se realizado um plebiscito, o texto constitucional for

rejeitado, sejam convocadas eleições gerais em trinta dias.

No artigo 20, parágrafo 2º, que trata do quorum para aprovação das deliberações nas comissões e subcomissões, o texto prega que as decisões serão «tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros». O PFL quer que haja uma modificação. A expressão descrita acima seria mudada para a seguinte forma: «As deliberações nas comissões e subcomissões serão tomadas por maioria absoluta dos votos de seus membros».

Destaque

As lideranças dos pequenos partidos e do PFL estão pressionando o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para que modifique a interpretação dada na semana passada ao que seja um pedido de destaque. Tradicionalmente, no processo de votação, a matéria é votada excluindo-se uma parte do texto, para ser apreciada posteriormente, mediante requerimento de destaque.

Entre os mais de 120 pedidos de destaque, onde se concentra o maior número de proposições é em torno do artigo 57, parágrafo sétimo, que dispõe sobre a soberania. Os pedidos de destaque recaem sobre os prazos de funcionamento das comissões — considerados reduzidos pelos proponentes dos requerimentos; inviolabilidade do mandato; redução do quorum de 35 para um número menor; aumento do número de comissões; modificações na estrutura e poderes da Comissão de Sistematização; dias de funcionamento da Constituinte; tempo igual para as lideranças partidárias falarem; projetos de decisão e resolução; convocação de ministros de Estado para explicações no plenário da Constituinte; aumento do período de transmissão dos informativos da Constituinte no rádio e televisão; as decisões do presidente da Constituinte caberá unicamente recurso ao plenário da Constituinte.

Cálculos dos liberais

O PFL acredita que poderá conseguir resultados positivos nas votações da Assembleia Constituinte, contando com o apoio de boa parte do PMDB, da quase totalidade do PDS, do PTB e do PL.

Pelos cálculos preliminares de dirigentes e líderes do PFL, será possível conseguir, dependendo do assunto, 282 votos, assim distribuídos: 132 do PFL, 32 do PDS, 17 do PTB, seis de pequenos partidos e 95 do PMDB (mais da maioria absoluta).

As aprovações, na Constituinte, terão que ser feitas pela maioria absoluta (metade mais um) — 280 votos, pelo menos.

O PMDB, com desfalques previstos pelo PFL, ficará com 209 dos seus 304 constituintes. Para atingir a maioria absoluta teria de conquistar votos do PDT, PCB, PT, PSB, PC do B e, eventualmente, do PDC, no total estimado de 265 votos apenas. A diferença o PMDB teria de conquistar nas suas próprias fileiras.

Britto garante que acordo não vai sair

O deputado Antônio Britto (PMDB-RS), integrante do grupo Pró-Soberania, disse, ontem, que não há qualquer possibilidade de acordo da Aliança Democrática sobre o Regimento Interno da Constituinte, se o PFL insistir na proposta de funcionamento normal da Câmara e do Senado.

Ele garantiu que a decisão relativa ao parágrafo 7º, do artigo 57 do Substitutivo de Regimento Interno já foi definida, através de um texto de consenso, que juntou elementos de emendas do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e dos líderes do PMDB, deputado Luiz Henrique e do PFL, deputado José Lourenço.

Segundo Britto, o entendimento surgiu em reunião realizada domingo pela manhã, com a participação do presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de integrantes do grupo Pró-Soberania e dos líderes José Lourenço e Luiz Henrique. «O texto básico diz que os projetos de decisão destinam-se a salvaguardar os trabalhos e decisões da Constituinte, e foi aceito pelo Pró-Soberania e pelos dois partidos que compõem a Aliança Democrática», afirmou o parlamentar, frisando ser necessário ainda um contato com os partidos de esquerda para tentar chamá-los a um acordo.

Surpresa

Quanto à briga do PFL para tentar impor um funcionamento normal da



Deputado integra o Pró-Soberania Câmara e do Senado, paralelo aos trabalhos constituintes, Britto disse estar surpreso com a nova posição do PFL que, numa reunião com Ulysses e as lideranças do PMDB, na quinta-feira passada, tinha aceito a fórmula do funcionamento extraordinário para exame de matéria urgente e relevante.

«Para nossa surpresa o PFL, nas últimas horas, tem defendido um funcionamento normal da Câmara e do Senado, criando uma dificuldade muito grande de acordo do Regimento», analisou.

Para ele a tese pefelista representa uma ameaça à Constituinte, que poderá ser transformada em uma espécie de comissão mista, sem tempo e sem espaço político para funcionar.



Lourenço elogia Lucena e critica recesso branco

O líder do PFL na Câmara e na Constituinte, José Lourenço, cumprimentou ontem o vice-líder do PMDB no Senado, Fábio Lucena (AM), pelas suas declarações a favor do funcionamento do Poder Legislativo Ordinário, em horário não-coincidente com os trabalhos da Assembleia Constituinte. Segundo o senador amazonense, Ulysses Guimarães só poderá impedir as sessões do Senado, «se requisitar tropas do Exército».

O secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz (MS), apoiando o movimento do líder do seu partido, pelo reinício dos trabalhos da Câmara a partir de segunda-feira, apesar da oposição de Ulysses Guimarães e das esquerdas, comentou: «O Congresso e a Constituinte deveriam estar funcionando desde hoje. Ninguém entendeu esse «recesso de carnaval», que manterá inativos até segunda-feira a Constituinte, o Senado e a Câmara».

José Lourenço e Saulo Queiroz disseram que é inexplicável a inatividade da Câmara e do Senado a partir do dia 9, como deseja Ulysses Guimarães. «Não há nenhum texto determinando que durante o funcionamento da Assembleia Constituinte a Câmara e o Senado deveriam entrar em recesso» — disse Saulo Queiroz.

Elogio

O líder José Lourenço confirmou o que havia dito na terça-feira: «Vamos forçar a reabertura da Câmara a partir de segunda-feira». afirmou ainda que, «com todo o respeito a Ulysses Guimarães», o presidente do PMDB não pode sobrepor-se à Constituinte. Lourenço elogiou ontem a reação do Senado, que, não aceitando as restrições do presidente do PMDB, convocou sessão para segunda-feira, no final da tarde.

Há informações de que Ulysses Guimarães aceitará a realização de uma ou duas sessões por semana da Câmara e do Senado. O que ele não desejaria é a organização das comissões técnicas das duas casas, sob a alegação de que seria o caos o funcionamento das comissões da Constituinte, da Câmara e do Senado.

No Senado, porém, a reforma regimental a ser votada segunda-feira prevê a organização das suas comissões técnicas, mas sem funcionamento regular. Os pareceres a projetos seriam proferidos pelos respectivos relatores em plenário, oralmente. Somente em projetos relevantes as comissões poderiam ser acionadas para, no prazo de 24 horas, emitir pareceres.

Esta posição do Senado poderá ser adotada pela Câmara, na opinião dos líderes do PFL. José Lourenço e Saulo Queiroz admitem a realização de uma ou duas sessões por semana da Câmara, mas não admitem a inatividade absoluta do poder legislativo ordinário, como pretendem as esquerdas do PMDB e os partidos ideológicos.

Com o apoio do PDS, do PTB e, possivelmente, do PL, o PFL deverá fazer gestões até segunda-feira, inclusive com membros da Mesa da Câmara, para abrir a sessão na segunda-feira, apesar das reações contrárias de Ulysses Guimarães. O presidente do PMDB quer que a Câmara e o Senado esperem a votação do regimento interno da Constituinte — que deverá regular a questão — para depois cada Casa adaptar os respectivos regimentos internos.

Se o problema do funcionamento da Câmara e do Senado até a promulgação da nova Constituição não for ajustado, não haveria condições para acordo entre as lideranças na votação do projeto de regimento interno da Constituinte — asseguraram José Lourenço e Saulo Queiroz.

Chiarelli lembra que Ulysses não preside Senado

Porto Alegre — Ironizando, ao lembrar que Ulysses Guimarães «ainda não é o presidente do Senado», o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, considerou «estranha» a atitude do presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara de tentar convencer os senadores de seu partido a rejeitarem a proposta de votação de um regimento interno para aquela casa. «O Senado funcionará dentro de suas atribuições legais, respeitando a prioridade da Constituinte», assegurou Chiarelli. Ele afirmou estar «seguro» da aprovação do esboço de regimento acertado na sexta-feira entre os líderes dos partidos com representação no Senado e o presidente Humberto Lucena.

Por esse acordo, lembrou Chiarelli, as sessões do Senado ocorrerão em horários não coincidentes com as sessões da Constituinte, «tantas vezes quantas forem necessárias». Da mesma forma, as comissões técnicas do Senado funcionarão em plenário, «deixando livres as suas salas para o trabalho das comissões da Constituinte». Para o líder do PFL, o funcionamento do Senado é necessário, pois «existem cerca de 270 mensagens, projetos de lei e decretos-leis do Executivo necessitando de apreciação dos senadores». Garantiu, porém, que este ano não haverá nenhum projeto de iniciativa dos parlamentares.